

UMA FILOSOFIA EXPERIMENTAL PARA UMA PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Wellynton Bairros Nardes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná

E-mail: wellyntonpsi@hotmail.com

RESUMO

Neste ensaio, apresentamos a condução da atividade científica e seus possíveis obstáculos à sua evolução, como o dogmatismo acrítico, o empirismo e o racionalismo estritos. Diante desses estorvos, nosso objetivo foi demonstrar que a filosofia experimental serve como um fundamento útil à psicologia experimental. Para isso, adotamos uma abordagem analítica e comparativa, explorando, primeiramente, a filosofia experimental de Diderot e, em seguida, algumas considerações de Rogers sobre a atividade científica. Identificamos que a incorporação de uma base filosófica experimental pode contribuir na superação dos estorvos da prática científica, oferecendo uma análise mais ampla e sistemática, ajudando a articular de forma mais clara as implicações epistemológicas e metodológicas.

Palavras-chave: Filosofia; Diderot; Psicologia; Rogers; ACP.

AN EXPERIMENTAL PHILOSOPHY FOR AN EXPERIMENTAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT

In this essay, we present the conduct of scientific activity and its possible obstacles to its development, such as uncritical dogmatism, strict empiricism, and strict rationalism. In the face of these impediments, our goal was to demonstrate that experimental philosophy serves as a useful foundation for experimental psychology. To do so, we adopted an analytical and comparative approach, first exploring Diderot's experimental philosophy and then some of Rogers' considerations on scientific activity. We identified that incorporating an experimental philosophical basis can contribute to overcoming obstacles in scientific practice by offering a broader and more systematic analysis, helping to articulate epistemological and methodological implications more clearly.

Keywords: Philosophy; Diderot; Psychology; Rogers; ACP.

INTRODUÇÃO

Até o século XVIII, devido à falta de noções quantitativas e de um projeto independente da metafísica, a Psicologia foi considerada como pertencente a um período “pré-científico” ou “filosófico” (1). Projetos de psicologias que adotavam o modelo empírico, utilizando instrumentos e métodos de outras áreas das ciências “bem-sucedidas”, ganhavam cada vez mais notoriedade. Cresciam os projetos próximos às ciências da natureza e distantes das investigações filosóficas. O próprio Wilhelm Wundt, um dos nomes proeminentes da Psicologia Científica, exercia profundas reflexões conceituais dialogando com a Filosofia. Todavia, isso foi algo que se perdeu a partir do século XX: na formação em Psicologia, o contato com a Filosofia é, quando acontece, caricatural, e “(...) o psicólogo contemporâneo perde de vista as dificuldades e os problemas teórico-conceituais envolvidos tanto na pesquisa quanto na prática profissional” (2).

Além do distanciamento da filosofia, observa-se que o campo da psicologia se constituiu, com o passar do tempo, por uma pluralidade de perspectivas, algumas extremamente conflitantes, como é o caso da análise do comportamento e da psicanálise; outras, embora conflitantes, guardam certo grau de aproximação, como é a relação entre a análise do comportamento e a terapia cognitiva-comportamental. A ascensão de diferentes projetos de psicologias é evidente desde os primórdios da psicologia científica. Uma perspectiva emerge, por vezes, sem excluir a outra, integrando-se à pluralidade do campo. Historicamente, o que ocorre é uma alteração de modelo, ora um está na moda, ora outro. Nota-se também que, mesmo que psicologias mais antigas, como a Psicologia Estruturalista de Wundt, tenham sido abandonadas, suas ideias ainda influenciam o pensamento psicológico contemporâneo (3).

Considerando a diversidade que caracteriza o campo da psicologia – no qual distintas escolas adotam métodos, instrumentos e técnicas próprios –, emerge uma indagação sobre como os psicólogos têm conduzido suas atividades científicas. Convém lembrar que a cultura científica traz consigo a “idade de seus preconceitos”, expressão que indica como hábitos intelectuais, embora em outros tempos tenham favorecido o avanço do conhecimento, podem hoje funcionar como entraves à investigação rigorosa. Esses entraves, longe de serem meros equívocos pontuais, configuram o que Bachelard denominou *obstáculos epistemológicos*: impedimentos que bloqueiam o progresso do conhecimento, consistindo em estruturas mentais, hábitos intelectuais ou concepções prévias que dificultam o surgimento de novos conceitos ou teorias (4).

Na psicologia, tais obstáculos se manifestam quando as escolas de pensamento permanecem fechadas em seus paradigmas, resistindo a críticas e evidências contrárias. Assim, a indagação sobre a condução científica no campo não se restringe a técnicas ou instrumentos, mas envolve a necessidade de identificar e superar esses estorvos epistemológicos que impedem ou restringem o desenvolvimento e a renovação do conhecimento científico.

Este ensaio propõe-se a desencobrir um obstáculo epistemológico que, embora presente na prática científica em psicologia, permanece velado pelos hábitos institucionais e pela ausência de reflexão crítica. Fundamentado na epistemologia de Bachelard, o percurso aqui delineado tem como finalidade tornar visível aquilo que se oculta sob a aparência de normalidade: o modo como o dogmatismo, a carência de reflexão crítica e a adesão exclusiva ao empirismo ou ao racionalismo operam como estorvos à atividade científica. Para tanto, será inicialmente apresentada a estrutura da “ciência normal”. Em seguida, serão discutidos projetos de filosofia experimental – como os de Denis Diderot e de psicólogos como Carl Rogers – que podem oferecer caminhos para a superação desses entraves.

A LÓGICA DA ATIVIDADE CIENTÍFICA

Thomas Kuhn, em sua análise sobre a prática científica, identificou um padrão pelo qual as atividades científicas são frequentemente conduzidas, o qual ele denominou como “ciência

normal". O caminho da "ciência normal" se desenvolve ancorada às realizações que foram suficientemente capazes de atrair um grupo duradouro partidário e cujas conquistas foram tão abrangentes que deixam ao novo conjunto de praticantes da ciência uma ampla gama de desafios para serem enfrentados. As realizações reconhecidas tornam-se fundamentos para a prática da comunidade científica (5).

Essas características da "ciência normal" estão estreitamente ligadas ao conceito de "paradigma". Como nenhum "paradigma" é totalmente bem-sucedido, mas uma promessa de sucesso, a "ciência normal" poderá trabalhar atualizando esta promessa, ampliando a correlação entre as predições do "paradigma" e os fatos. Firmemente baseada nas realizações científicas passadas, a comunidade empreende seu trabalho para defender seus pressupostos. "(...) Esse empreendimento parecer ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo "paradigma" (5). Consequentemente, e de modo frequente, isso acaba suprimindo novidades fundamentais, visto que tais novidades podem subverter seus pressupostos; uma nova teoria pode requerer a reavaliação ou reconstrução das teorias precedentes (5).

A comunidade científica que opera sob um "paradigma" estabelecido parece se ocupar principalmente sobre três classes de problemas: a determinação do fato significativo, a harmonização dos fatos com a teoria e a articulação da teoria, tanto na pesquisa teórica quanto na empírica. Embora o cientista trabalhe dentro dos limites do "paradigma", ele consegue abordar os problemas de pesquisa de maneira inovadora: "resolver um problema da pesquisa normal é alcançar o antecipado de uma nova maneira. Isso requer a solução de todo o tipo de complexos de quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos" (5). Dentro desse quadro investigativo, o cientista atua como um "solucionador de quebra-cabeças"; considerando o "paradigma", ele resolve um problema de uma nova maneira, contudo, dentro dos limites antecipados pelo "paradigma", pois, ao adotar um "paradigma", admite-se também um critério para escolhas de problemas passíveis de serem solucionados. Nessa lógica, certos problemas, devido à incompatibilidade com o "paradigma" proposto, podem acabar sendo rejeitados. Para que algo seja considerado um quebra-cabeça, ele "deve obedecer a regras que limitam tanto a natureza das soluções aceitáveis como os passos necessários para obtê-las" (5). Se por um lado a "pesquisa normal" pode aumentar o alcance e precisão da aplicabilidade do "paradigma", por outro, produz poucas grandes novidades.

Na psicologia, esse processo manifesta-se na forma como uma abordagem implica na atividade científica. Os adeptos de uma determinada escola aderem consequentemente aos seus pressupostos e métodos, tornam-se parte de uma comunidade científica que compartilha os mesmos fundamentos teóricos e metodológicos. Esta comunidade dedica-se a resolver problemas e desafios que surgem dentro do escopo de sua abordagem, utilizando o aparato teórico, metodológico, técnico e instrumental da escola. Mesmo quando confrontados com novas questões, os psicólogos empreendem suas atividades dentro das fronteiras do "paradigma",

baseando-se nas realizações passadas de sua escola, as realizações tornam-se alicerces sobre as quais novas investigações são construídas. Por exemplo, um psicólogo pode se deparar com questões relacionadas ao decolonialismo; embora essas questões não sejam discutidas explicitamente em sua escola, a resolução será ancorada nos fundamentos existentes. O psicólogo integrará o conceito de decolonialismo dentro da estrutura teórica de sua abordagem, sem necessariamente renunciar completamente aos fundamentos da escola. Se a abordagem da escola não conseguir acomodar as novas questões propostas pelo decolonialismo, o psicólogo pode ser levado a reconsiderar sua abordagem, o que pode resultar em um rompimento com o “paradigma” estabelecido.

A “ciência normal”, por definição, não visa descobrir novidades nos fatos ou na teoria. No entanto, fenômenos novos são periodicamente descobertos pela pesquisa. Essas descobertas não são eventos isolados, mas apresentam uma estrutura que, ocasionalmente, reaparece. A descoberta emerge do reconhecimento de uma “anomalia”, quando se percebe que as expectativas paradigmáticas foram violadas. Em seguida, recorre-se ao estudo da “anomalia”, até que esta seja convertida no esperado, o que implica no ajustamento do “paradigma” para a adição do anômalo. A percepção da “anomalia” – fenômeno para o qual o investigador, ancorado num “paradigma”, não está preparado – pode lhe permitir uma novidade. Contudo, essa percepção é dificultada devido à “anomalia” emergir em um pano de fundo constituído pelas expectativas que fazem parte do “paradigma”. Nesse contexto, “(...) a novidade normalmente emerge apenas para aquele que, sabendo com precisão o que deveria esperar, é capaz de reconhecer que algo saiu errado” (5).

A consciência das “anomalias” e o fracasso em resolvê-las pode impactar profundamente a comunidade científica, resultando em um estado crescente de crise: o prelúdio de novas contribuições. A introdução de novas teorias geralmente seguem um período de insegurança profissional, uma vez que exige a desconstrução abrangente de “paradigmas” estabelecidos e grandes modificações nas técnicas e problemas da “ciência normal” (5). A nova teoria surge em resposta a essa crise. Portanto, na revolução de um campo científico, a crise desempenha um papel crucial; ela é a base para a emergência de novas teorias e um indicador da necessidade de renovação.

O estado de crise pode se alastrar por tempos. Os cientistas, mesmo diante de “anomalias” prolongadas ou graves, podem não renunciar aos “paradigmas” que os conduziram à crise, podendo haver certa persistência em continuar tentando resolver os quebra-cabeças ou mesmo em não perceber os contraexemplos do “paradigma” como “anomalias”. Além disso, não há uma divisão precisa entre aquilo que seria contraexemplos ou quebra-cabeças da “ciência normal”, dado que os cientistas podem perceber a situação de maneiras distintas. Por exemplo, o que Lorentz considerou como quebra-cabeças em relação à articulação das teorias de Newton, Einstein julgou como contraexemplos. Um dos sinais de transição à crise pode ser observado quando uma “anomalia” passa a ser reconhecida amplamente pela comunidade. Nesse cenário, a

dissolução do estado de crise pode ocorrer de três maneiras: primeiro, o problema que revelou a crise e parecia intransponível para o “paradigma” atual é resolvido pela “ciência normal”; segundo, se o problema persiste mesmo com novas abordagens, os cientistas podem concluir que, diante do estado atual da área, não há soluções disponíveis, postergando o problema às gerações futuras; e terceiro, a emergência de um novo candidato a “paradigma” (5).

Com a explanação dos conceitos fundamentais sobre a atividade científica, como a “pesquisa normal”, as implicações da consciência das “anomalias”, o estado de crise e a emergência de inovações, estabeleceu-se a base necessária para o exame dos obstáculos que surgem na prática científica, permitindo a identificação das limitações e áreas que requerem uma revisão crítica. Vale ressaltar que a crítica aqui apresentada não se dirige ao empenho da “ciência normal” em si, uma vez que, como discutido anteriormente, ela desempenha um papel crucial no desenvolvimento do campo científico. O foco da crítica recai sobre um segmento de cientistas que, dentro do escopo da “ciência normal”, estão comprometidos com uma prática dogmática ou restritos exclusivamente ao empirismo ou ao racionalismo. Assumimos que, ao considerar que a ciência nunca revela uma verdade imutável ou absoluta, a psicologia nunca deve situar-se em um estado imperturbável, satisfeita com suas proposições. Assim, sugere-se os estorvos – neste caso, o dogmatismo, a carência de reflexão crítica e a restrição ao empirismo ou ao racionalismo – podem levar à estagnação, à supressão de “anomalias”, à resistência à mudança, à conformidade e falta de inovação, e à educação deficiente de novas gerações de cientistas, entre outras consequências.

O LABOR FILOSÓFICO COMO RESOLUÇÃO

Frente à possibilidade de o cientista sucumbir às problemáticas da atividade científica, independentemente da escola de pensamento da psicologia, surge a questão: quais seriam os meios para evitar tal situação? Considerando o afastamento da psicologia da filosofia desde o início do século XX, conforme mencionado anteriormente, não seria o fomento à reaproximação um fator significativo para a atividade científica do psicólogo?

Nossa hipótese é que a incorporação do projeto de filosofia experimental de Denis Diderot pode fornecer à psicologia experimental princípios valiosos, não apenas como um recurso para identificar os obstáculos das atividades científicas, como práticas dogmáticas acríticas, estritamente racionalistas ou empiristas, mas também para promover o espírito científico. A filosofia experimental pode, por exemplo, propor um programa que auxilie na integração do racionalismo e do empirismo, previna o dogmatismo e evite a cegueira frente às “anomalias”. Esse enfoque proporciona uma abordagem mais dinâmica e adaptativa à ciência, permitindo não apenas a continuidade da “ciência normal”, mas também promovendo a inovação.

Nossa proposta não visa estabelecer uma filosofia experimental geral no campo da psicologia experimental. A princípio, nosso objetivo é demonstrar como a filosofia experimental

pode auxiliar o psicólogo a se desvencilhar dos estorvos em sua atividade científica. Para isso, utilizaremos a filosofia experimental de Diderot – e posteriormente, Rogers. A escolha desse autor se baseia no fato de que seu projeto fornece, em nossa análise, uma base sólida para criticar os obstáculos da atividade científica tratados neste ensaio.

A FILOSOFIA EXPERIMENTAL DE DENIS DIDEROT

Nascido em Langres, na França, Denis Diderot (1713-1784) foi uma figura notável do Iluminismo. Em meio à sociedade francesa do século XVIII, suas obras, que evidenciavam sua perspectiva humanista e naturalista, tornaram-se polêmicas na época; de caráter revolucionário, foram impedidas de serem publicadas, e somente gerações futuras teriam contato com seu gênio (6). Diderot publicou diversas obras consideradas “condenáveis”, como *Pensamentos Filosóficos* (1746), que foi alvo de críticas pelo Parlamento, que alegou a supremacia da razão sobre a revelação e a fé (7). Tais impedimentos se escalaram a ponto de, após a publicação de *Carta sobre os Cegos* (1749), Diderot ser encarcerado, acusado de que o sensualismo epistemológico defendido pelo livro era deletério (6). Todavia, após a sua saída da prisão, o autor continuou a produzir, embora de maneira mais cautelosa. Durante os 200 anos após sua morte, Diderot foi amplamente ignorado. Visto como um pensador desordenado e incoerente devido à pluralidade de suas obras, foi apenas na segunda metade do século XX que se voltou a investigar os princípios filosóficos do autor (7).

Em *Da interpretação da Natureza* (1754), a obra central deste ensaio, Diderot delineia seu projeto de Filosofia Experimental. Nesta obra, ele explora não apenas os meios de investigação e produção do conhecimento, mas também compara as vantagens e desvantagens da filosofia experimental com a filosofia racional. Diderot nos conduz a uma reflexão sobre as implicações da dissociação entre abordagens racionais e experimentais no desenvolvimento das ciências, problematizando a aplicabilidade das verdades rigorosas das matemáticas à filosofia experimental, onde essas verdades parecem perder sua “superioridade”. Um exemplo ilustrativo é o caso dos geômetras: qual a relevância de submeter o cálculo geométrico à experimentação? Diderot sugere que as matemáticas transcendentais, como a geometria, “não conduzem a nada de preciso sem a experiência”. Ele critica a abordagem racionalista que negligencia a experimentação e ressalta as limitações de um campo que se restringe à teorização, observando que os geômetras, que inicialmente censuraram os metafísicos, acabaram caindo na mesma armadilha (7).

Essa crítica à abordagem puramente racionalista é ampliada quando Diderot examina duas diferentes abordagens na construção do conhecimento. Ele argumenta que os filósofos racionalistas parecem ter se dividido entre aqueles que se concentram na coleta e organização de fatos e aqueles que transformam esses materiais em sistemas filosóficos coerentes. Como relacionar fatos e coletar fatos são atividades distintas e frequentemente desafiadoras, alguns se

concentram em reunir e organizar o conhecimento existente, priorizando a organização dos dados disponíveis em vez de buscar novas informações. Outros, por sua vez, se dedicam a transformar esses materiais em sistemas filosóficos coerentes. Contudo, após o empenho em reunir e organizar os fatos, a fragilidade desses sistemas se torna evidente: uma nova descoberta pode demolir o sistema filosófico estabelecido, demandando, possivelmente, a intervenção de um novo pensador para a reorganização. Nesse contexto de fragilidade e reconstrução contínua, Diderot faz sua consideração aos “arquitetos” que, embora suas limitações sejam reconhecidas, construíram sistemas filosóficos duradouros através de sua imaginação forte, grande eloquência e habilidade para expor ideias de forma sublime, como foi o caso de Epicuro, Lucrecio, Aristóteles e Platão (7).

Na psicologia, a história não é diferente. O cenário está repleto de grandes arquitetos racionalistas, cujas habilidades em construir teorias refinadas ganharam destaque. Seus seguidores, mesmo confrontados com contraexemplos e “anomalias” que mostram inadequações, persistem em seguir os princípios de seus mestres, resistindo a qualquer mudança que ameace as bases de suas teorias estabelecidas. Tal fidelidade cega confunde tradição com verdade.

Para Diderot, a prática científica deve sustentar uma relação contínua entre a experiência e o raciocínio. Caso contrário, como exemplificado na crítica aos geômetras, o raciocínio que se baseia apenas em abstrações, sem encontrar na natureza seu fundamento por meio da experiência, torna-se frágil e vulnerável a qualquer “ventania”. Como as coisas que existem em nosso entendimento, por serem ideias e opiniões, podem ser, em relação ao exterior, verdadeiras ou falsas, é necessário, portanto, que essas opiniões sejam testadas contra a realidade observável para alcançar consistência. Isso pode resultar em uma cadeia ininterrupta de experiência ou, como preferem os filósofos racionalistas, em uma cadeia ininterrupta de raciocínios (7).

Sobre as filosofias experimental e racional: “uma tem os olhos vendados, sempre caminha às cegas, agarra tudo o que lhe cai nas mãos e, no fim, encontra coisas preciosas. A outra recolhe essas matérias preciosas e se esforça por preparar um archote (...)” (7). A filosofia experimental avança sem saber o que vai encontrar, sem determinar seu resultado final; em sua movimentação aberta ao desconhecido, ela se depara com novos fenômenos e descobertas por meio da experiência e da observação direta. Por sua vez, a filosofia racional, recolhe o material encontrado, estabelece conjecturas teóricas baseadas na razão e logo se contenta. Entre as duas, apesar de ambas terem suas limitações e virtudes na atividade de desenvolvimento do conhecimento, Diderot destaca na filosofia experimental um aspecto que a faz sobressair em relação à racional: proporciona novidades e amplia os horizontes do conhecimento (7).

A integração entre experiência e reflexão é fundamental para uma compreensão mais precisa e abrangente do conhecimento. Conforme Diderot, a busca pela verdade e pelo saber requer um intercâmbio contínuo entre a experiência sensorial e a reflexão. É crucial que, ao mesmo tempo em que o investigador se imerge nas experiências sensoriais, ele também seja

capaz de refletir criticamente sobre essas vivências. Para ilustrar essa interação dinâmica, Diderot emprega uma analogia, comparando-a ao labor da abelha. Da mesma forma que uma abelha que acumula cera sem conseguir construir alvéolos funcionais está destinada a um esforço fútil, o investigador que acumula experiências sem uma adequada organização e compreensão corre o risco de produzir um conhecimento inútil (7). Ou seja, acumular conhecimento é importante, mas é igualmente necessário saber como organizá-lo; o conhecimento útil exige a integração de ambos os aspectos.

A utilidade é, para Diderot, um fator importantíssimo nas ciências; foi ela, inclusive, que impôs um limite aos geômetras e circunscreverá a outras áreas. Para ele, o conhecimento deve ser prático e relevante para solucionar questões do mundo real, e não apenas uma atividade intelectual distante da aplicação. Essa crítica à utilidade do conhecimento reflete sua concepção sobre a natureza da ciência e seu papel na sociedade (7).

Diderot argumenta que, na busca da verdade, seria proveitoso para os filósofos reflexivos estabelecer uma colaboração com aqueles engajados na experimentação e observação da natureza, pois, como ele observa, “uns têm, parece-me, muitos instrumentos e poucas ideias; os outros, muitas ideias e nenhum instrumento” (7). O autor se refere àqueles que possuem uma variedade de tecnologias e metodologias, mas carecem de ideias, enquanto outros têm muitas ideias, mas escasseiam em tecnologias e metodologias. Se esses dois grupos colaborassem, poderiam se beneficiar mutuamente, combinando suas forças e conhecimentos. Dessa forma, ambos aproveitariam as contribuições um do outro em suas atividades, promovendo um avanço mais significativo no desenvolvimento do conhecimento.

Mesmo diante da vasta gama de explicações existentes no âmbito das ciências, Diderot parte do princípio de que sempre haverá novos domínios a serem explorados e elucidados, refletindo a infinitude do saber. À luz desse princípio, a atividade científica, segundo a filosofia experimental de Diderot, “(...) devem ter por fim estender os limites dos lugares claros ou multiplicar no terreno os centros de luzes. Um pertence ao gênio que cria, o outro, à sagacidade que aperfeiçoa” (7). Tanto a exploração de novos territórios e a realização de novas descobertas, isto é, a expansão do conhecimento, quanto o aperfeiçoamento daquilo que já é conhecido, são práticas essenciais para o avanço contínuo da ciência.

Para viabilizar essas práticas, Diderot propõe três meios principais: a observação da natureza, a reflexão e a experiência. Na observação, é essencial uma abordagem atenta e sistemática do mundo para coletar as informações. Quanto à reflexão, a construção de conceitos requer uma análise profunda e a combinação cuidadosa dos fatos. Por fim, na experiência, é essencial que a verificação do resultado da combinação seja precisa. Em síntese: “a observação recolhe os fatos, a reflexão os combina, e a experiência verifica o resultado da combinação” (7). Ademais, Diderot ressalta que encontrar esses três meios reunidos ou dominados por uma única pessoa é uma tarefa difícil, dada a complexidade da atividade e a demanda significativa que cada

um desses meios impõe ao pesquisador. Dessa maneira, para que haja algum avanço, a atividade científica deve ser concebida como uma empreitada necessariamente coletiva.

Apesar da relevância da filosofia experimental de Diderot para a condução da atividade científica, é importante reconhecer que outras abordagens também oferecem contribuições valiosas à reflexão epistemológica. Um exemplo notável nesse sentido é a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), desenvolvida por Carl Rogers, que, embora não sistematize uma filosofia experimental nos moldes aqui adotados, apresenta uma forma de condução científica que articula, de modo direto e aplicado, os vínculos entre prática e elaboração conceitual. Essa afinidade com os princípios formulados por Diderot será brevemente descrita a seguir.

POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE A PRÁTICA CIENTÍFICA DE ROGERS E A FILOSOFIA EXPERIMENTAL DE DIDEROT

Carl Rogers (1902-1987), durante o desenvolvimento da ACP apresentou uma postura não dogmática, revisando continuamente seus conceitos e conclusões, sua teoria e prática. Terminologias foram alteradas, conceitos aprimorados, hipóteses reformuladas ou abandonadas, sempre permitindo a inclusão de novas hipóteses; conceitos eram “(...) constantemente revistos à luz de experiências clínicas contínuas e das descobertas resultantes das pesquisas” (8).

Inicialmente, o interesse de Rogers estava voltado à ordem prática do campo da psicoterapia; importava a ele, como ele mesmo indicava, a prática muito mais do que as teorias e filosofias (9). No entanto, devido a ramificação dos diversos estudos que vinham aumentando entre a década de 40 a 50 do século passado, aumentava-se também a necessidade de uma teoria unificadora. A formulação da teoria após a prática está ligada ao princípio adotado por Rogers de que “o que é básico são os fenômenos, não a teoria” (8). Em sua lógica de construção de conhecimento, “(...) o primeiro requisito é uma técnica que produza um resultado efetivo. Através da observação do processo e do resultado, pode-se desenvolver uma teoria simples que, projetada para novas experiências, comprove sua adequação” (8). Segue-se o método lógico-experimental, o qual a ciência surge como produto de um processo anterior, que está relacionado ao desenvolvimento de habilidades técnicas aplicadas em uma atividade. Assim, as abstrações científicas estão enraizadas em habilidades pré-existentes. Primeiro vem o trabalho, seguido pela observação, e por fim, a construção teórica.

No empenho de formular sua abordagem, Rogers preocupa-se com as consequências que o estabelecimento de uma base teórica pode ter no desenvolvimento de sua abordagem. Ele percebe que a adoção de uma escola de pensamento pode conter empecilhos, mas também reconhece que esses desafios podem ser superados. Rogers parece compartilhar uma visão semelhante à de Kuhn sobre as dificuldades que a comunidade científica pode enfrentar na percepção ou reconhecimento de “anomalias”. Assim como Kuhn, Rogers entende que a “pesquisa normal” pode ser benéfica para uma escola de pensamento, facilitando o seu

progresso. No entanto, esse progresso pode ser prejudicado se o pesquisador considerar as hipóteses como dogmas ou se a percepção das evidências contraditórias estiver obscurecida pelo envolvimento emocional dos pesquisadores. Todavia, Rogers sugere que essas limitações podem ser minimizadas quando se mantém consciência delas: “se, ao testar um sistema coerente de hipóteses, formos capazes de descartar, revisar, reformular essas hipóteses à luz da experiência objetiva, teremos uma ferramenta valiosa” (8). O progresso, para Rogers, estaria relacionado não ao grau de refinamentos dos instrumentos, mas da orientação da pesquisa. Se esta última visa o “estabelecimento de critérios mais exatos, de hipóteses mais específicas, de enunciados teóricos mais bem fundados, de definições mais válidas, estamos diante de um ramo da ciência saudável e vigoroso” (10), caso contrário, ainda que os métodos utilizados sejam os mais exatos, veremos uma pseudociência estéril. Portanto, não há problema em estabelecer uma escola de psicologia; na verdade, isso pode facilitar o progresso científico dentro dessa perspectiva. Contudo, como a “(...) ciência implica mudança e progresso e não tolera a imobilidade e a rigidez” (10), a adoção de uma postura dogmática inflexível, a falta de atenção às “anomalias” e a não disposição em revisar suas hipóteses pode se tornar prejudicial para o avanço da comunidade científica.

Nota-se que a atividade constante de revisão da prática e teoria na abordagem rogeriana não é sugerida apenas como recurso de enfrentamento aos obstáculos encrustados na atitude dogmática. Ela serve, também, como meio de verificação das intuições subjetivas do cientista. Isso se deve ao reconhecimento de que até mesmo o conhecimento científico está ancorado no subjetivo. A subjetividade é intransponível ao cientista, mesmo nas ciências reconhecidas como de um caráter extremamente objetivo. Assim, a realização do cientista é sempre um passo arriscado, subjetivo e incerto, instável, passível de ser contestado, sempre vinculado a uma experiência pessoal (11). Ele integra o “experientialista” e o “cientista” (12).

A metodologia científica, nesta abordagem, é concebida como “(...) um meio de evitar que eu me engane relativamente às intuições subjetivas formadas de uma maneira criativa, elaboradas a partir da relação entre o meu material e eu” (12). A pesquisa científica e a explicação teórica são empreendimentos que tem como finalidade a organização coerente de experiências pessoais significativas, de uma tentativa de buscar compreender uma ordem inerente à experiência vivida. Quando conseguimos elaborar uma compreensão das leis que regem os fenômenos que nos rodeiam, é possível que a nova experiência que foi integrada pode ampliar as expectativas de investigação, desencadeando novos progressos (10).

Rogers explora em *O homem e a ciência do homem* (1973), ainda que brevemente, o modo como se processa esta condução científica. Primeiramente, Rogers comenta sobre a importância da imersão do cientista sobre os fenômenos que ele pretende investigar: trata-se de uma imersão aberta, que tolera as ambiguidades, contradição, resistência à necessidade de uma conclusão; é “absorver a experiência como uma esponja”. Em seguida, é possível notar a emergência de uma certa percepção de padrão, ritmo ou relação ao conteúdo investigado. Rogers reconhece que conceitos pré-fixados podem interferir nesta percepção; por isso, deve o investigador, confiar em

todos os seus meios de conhecimento, seja ele o consciente, inconsciente ou intuitivo; nesse sentido, a intuição pode acabar estando errada, contudo, fundamentalmente certa. “Toda ciência está baseada em um reconhecimento – usualmente pré-lógico, intuitivo, envolvendo todas as capacidades do organismo – de uma ‘estrutura’ vagamente percebida” (11). Após a caracterização de um padrão produtivo, o investigador poderá submeter seu padrão à verificação. Embora o investigador tente escolher medidas próximas aos fenômenos que por ele são investigados, seu método nunca utiliza estes fenômenos, apenas uma interpretação deles ou um indicador externo, isto é, em todas as ciências (11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinarmos a perspectiva rogeriana sobre a atividade científica, observamos que ela apresenta considerações relevantes, embora distintas da abordagem filosófica de Diderot. Diferentemente de Diderot, que oferece uma filosofia experimental estruturada, integrando observação empírica com uma reflexão filosófica crítica mais ampla, Rogers se concentra na prática e na experimentação clínica para o desenvolvimento de suas teorias, ajustando-as conforme necessário. A abordagem rogeriana, caracterizada por um perfil lógico-experimental e baseada no pressuposto de que a ciência implica mudança e não estagnação, utiliza a testagem contínua como meio para manter a prática e a teoria atualizadas e evitar a petrificação. Embora essas considerações sejam específicas à ACP, aqueles que reconhecem os desafios do dogmatismo, independentemente da abordagem, podem encontrar valor nas sugestões de Rogers.

Embora reconheçamos as considerações de Rogers sobre a construção do conhecimento científico, questionamos se essas medidas são suficientes. Dado que o exemplo rogeriano não inclui uma filosofia experimental explícita, nossa suposição é que uma reaproximação com a filosofia, nesse caso a de Diderot, pode proporcionar uma análise mais robusta, abrangente e integrada da atividade científica, equilibrando observação, reflexão e experimentação, e enfatizando a utilidade prática do conhecimento. A adição de uma base filosófica experimental pode ajudar a articular de forma mais clara as implicações epistemológicas e metodológicas da prática científica e da construção teórica. Nesse contexto, o projeto de Diderot pode complementar e expandir a perspectiva rogeriana, “multiplicar no terreno os centros de luzes”. Este é apenas um exemplo das possíveis aproximações entre psicologia e filosofia, da tentativa de instituir uma filosofia experimental para uma psicologia experimental como base para o enfrentamento dos estorvos da atividade científica.

Este ensaio examinou a condução da “ciência normal”, revelando alguns dos possíveis obstáculos à evolução científica, como o empirismo e o racionalismo estritos, bem como o dogmatismo acrítico, este último comumente caracterizado pela crença em uma verdade absoluta – alguns psicólogos parecem esquecer que teorias são apenas hipóteses e, como nos lembra

Diderot: hipóteses não são fatos (7). Com o apoio das ideias de Diderot, ilustramos como esses obstáculos podem ser superados através de seu projeto de filosofia. Ao investigar essa abordagem constatamos que a filosofia experimental pode contribuir significativamente para a superação dos desafios comuns enfrentados na prática científica. Ainda que psicologias, como a ACP exemplificada, ofereçam um exemplo útil de como a prática científica pode ser conduzida com todo rigor e cuidado, observamos que a filosofia experimental, como a de Diderot, proporciona uma base filosófica mais ampla e sistemática. Portanto, o fortalecimento dos laços entre a filosofia e a psicologia, oferece um terreno fértil para a inovação e o progresso contínuo na prática científica.

Sobre a relação entre a filosofia e a psicologia, de modo recorrente, encontramos o argumento de que a psicologia se distanciou da filosofia há tempos. Contudo, nossa hipótese sugere que a relação entre as duas é, na verdade, volátil. A filosofia surge para a psicologia como um recurso temporário, um acessório que, ora é útil, ora se torna descartável. Assim sendo, o psicólogo age como alguém que, após calçar um chinelo no verão, enfrenta o frio durante o inverno. Ele recorre à filosofia para refletir sobre sua atividade, construir seus fundamentos e concretizá-los; mas, uma vez convicto de sua estrutura, considera desnecessário continuar filosofando. Será mesmo?

É bem conhecido que o trabalho dos filósofos frequentemente aborda questões que podem não parecer imediatamente relevantes para o público em geral. Como observou Diderot, “(...) o entendimento do filósofo é iluminado pelo que prejudica e obscurecido pelo que serve” (7). Isso sugere que, por vezes, o filósofo se concentra em problemas desafiadores e complexos que podem não ter uma aplicação prática direta à primeira vista. Enquanto o público em geral, preocupado apenas com objetivos tangíveis e imediatos, atribui o valor de um conhecimento com base em sua utilidade prática e imediata – e por isso tendem a questionar a utilidade da filosofia –, o filósofo pode encontrar clareza em aspectos que não têm uma aplicação cotidiana direta (7).

Tendo em vista que o psicólogo não é um vulgo no que diz respeito às questões científicas, nossa proposição é que o labor filosófico discutido ao longo deste ensaio poderia ser integrado em sua prática. A razão dessa integração se torna evidente quando consideramos que as práticas, se não forem continuamente testadas e ajustadas, podem se tornar inadequadas para lidar com um mundo em constante transformação. O labor filosófico oferece um meio estruturado de manter a prática científica dinâmica e adaptável, promovendo a constante reflexão e revisão. Nesse sentido, é essencial manter uma vigilância contínua sobre as “anomalias” e adaptar constantemente a teoria e a prática, equilibrando observação, reflexão e experimentação, integrando empirismo e racionalismo. Mesmo em uma abordagem como a ACP, que preza pela crítica e pela adaptabilidade de sua teoria e prática, pode haver risco de sucumbir aos estorvos da atividade científica.

Estritamente em relação ao empirismo e ao racionalismo, indagamos se as perspectivas psicológicas, incluindo a ACP, têm permanecido confinadas dentro desses limites ao longo dos

anos. Bachelard já nos alertou sobre o dinamismo psicológico na história do conhecimento: “(...) sempre renovada de empirismo e de racionalismo” (13). De fato, o racionalismo e empirismo estão ligados por um estranho laço, de um triunfo variável que dá razão um ao outro: “o empirismo precisa de ser compreendido; o racionalismo precisa de ser aplicado; não se trata de um dualismo, mas de um complemento efetivo entre os dois termos” (14). Se de fato esse for um problema atual da psicologia ou de um projeto de psicologia experimental, como buscamos evidenciar ao longo deste ensaio, a filosofia experimental de Diderot pode se revelar uma perspectiva valiosa para a conciliação entre empirismo e racionalismo, oferecendo um recurso para a resolução dessa questão.

Outro ponto crucial que não foi abordado neste ensaio, mas que carece ser considerado em futuras discussões, é a educação bancária nos locais de formação de psicólogos. Talvez seja fundamental, desde o início de nossa jornada educacional, não apenas compreendermos os fundamentos da abordagem que orienta nossa prática, mas também reconhecermos que o conhecimento não é algo esgotável, mesmo quando estamos convictos de algum saber. Nesse sentido, as reflexões de Paulo Freire oferecem uma contribuição significativa:

Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer (15).

Frente às recorrentes mudanças e à emergência de novos desafios, reconhecemos que, na ciência, nem sempre será possível encontrar soluções utilizando peças de um quebra-cabeça construído há mais de 100 anos. Nessas circunstâncias, para avançarmos, pode ser necessário despir-se de certezas antigas e reconhecer que não sabemos, assim como o personagem Nescio em *Eterno Nescio* (16), que, ao acolher a angústia de não saber, encontrou a possibilidade de conhecer.

REFERÊNCIAS

1. Vidal F. “A mais útil de todas as ciências”. Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. In: Jacó-Vilela AM, Ferreira AAL e Portugal FT. (Orgs). História da Psicologia: Rumos e Percursos. RJ: Nau; 2005.
2. Wundt W. A fundamentação da psicologia científica. Organização, tradução, introdução e notas Saulo de Freitas Araujo. SP: Hogrefe; 2018.
3. Figueiredo LCM. Matrizes do pensamento psicológico. RJ: Vozes, 14. ed.; 2008.
4. Bachelard, G. A epistemologia. Edições 70; 1971.
5. Kuhn TS. (1962). A estrutura das revoluções científicas. Editora: Perspectiva, 13^a ed.; 2017.
6. Diderot D. Diderot. Tradução e notas de Marilena de Souza Chauí. SP: Abril Cultural, Os pensadores; 1979.
7. Diderot D. Da interpretação da natureza e outros escritos. Tradução de Magnólia Costa Santos. SP: Iluminuras; 1989.

8. Rogers CR. (1951). Terapia centrada no cliente. SP: Martins Fontes; 1992.
9. Rogers CR. (1939). O tratamento clínico da criança-problema. SP: Martins Fontes; 1978.
10. Rogers CR. e Kinget GM. (1959). Psicoterapia e Relações Humanas. Editora Interlivros, vol. 1; 1977.
11. Rogers CR. e Coulson WR. (1968). O homem e a ciência do homem. BH: Interlivros; 1973.
12. Rogers CR. (1961). Tornar-se pessoa. 6ª ed. SP: Editora WMF Martins Fontes; 2009.
13. Bachelard G. A formação do espírito científico. Contraponto, 1ª Ed.; 1996.
14. Bachelard G. A filosofia do não. Tradução de Joaquim José Moura Ramos et al. SP: Abril Cultural, Os Pensadores; 1978.
15. Freire P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessário à prática educativa. RJ: Paz e Terra, 25ª ed., versão digital; 1996.
16. Nardes WB. Eterno Nescio. Maringá: Viseu, 1ª ed.; 2023.